

O GIGANTE INVISÍVEL: TERRITÓRIO E POPULAÇÃO RURAL PARA ALÉM DAS CONVENÇÕES OFICIAIS***Alexandre Arbex Valadares**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Embora se tenha tornado corrente que a população rural do país está se reduzindo e que o Brasil é cada vez mais uma nação de cidadãos, os critérios oficiais de definição da situação de domicílio da população, que a dividem entre *rural* e *urbana*, são relativamente pouco discutidos. Os dados que, a cada censo demográfico, reportam a diminuição, em termos absolutos e relativos, da população domiciliada em áreas oficialmente classificadas como rurais são frequentemente referidos a um contínuo movimento de êxodo rural, de abandono crescente das ocupações e dos modos de vida agrícola, de esvaziamento dos campos e de alargamento das cidades. Mas este discurso da urbanização maciça, além de contrastar com outros indicadores socioespaciais, como a densidade demográfica e a grande proporção de municípios com população total inferior a 20 mil habitantes, não considera o fato de que o critério convencionado para distinguir áreas urbanas de áreas rurais – a lei do perímetro urbano – tende, naturalmente, a “produzir” a redução da população rural e o aumento da urbana. Em muitos casos, estas variações explicam-se não pelo fato de os habitantes do campo migrarem para a cidade, mas pela ampliação dos limites urbanos – e dos serviços associados a este movimento – até as áreas rurais: com isso, uma família pode figurar como “rural” em um censo e “urbana” em outro e, assim, ser considerada migrante sem jamais ter deixado o local de sua residência. Estas e outras incongruências, discutidas ao longo da primeira metade deste texto, apontam para a fragilidade dos critérios de definição de *urbano* e *rural* no país. Na segunda metade deste trabalho, são estudados e propostos outros critérios de contagem da população rural, não para substituírem os parâmetros oficiais, mas apenas para ilustrarem o quanto a realidade rural do país é

mais vasta que sua definição oficial. A importância da questão não se resume a esta contagem: é preciso verificar se as políticas públicas, pensadas majoritariamente segundo uma lógica e uma “imagem” do urbano, atendem de fato às demandas sociais de um país em que a realidade rural, em termos socioespaciais e ocupacionais, ainda é significativamente marcante.

SUMÁRIO EXECUTIVO

* O autor agradece a imprescindível colaboração de Janaina Carvalho dos Santos, Lana Torres Barreto e Mariana Fernandes Teixeira, da equipe do Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Ninsoc/Disoc) do Ipea, pela conferência e tabulação dos dados apresentados nas tabelas que integram este trabalho, e aos colegas Brancolina Ferreira, Marcelo Galiza, Herton Ellery, Nikolas Pirani e Sandro Pereira, pelas críticas, pelos comentários e pelas sugestões feitas ao texto.